



O tempo no Rio, nublado com chuvas esparsas e períodos de maioria. Temperatura em ligeiro declínio. A máxima de ontem foi de 33,9 graus, em Ilango; a mínima, de 20,4 graus, no Alto da Boa Vista. *Página 8*

# O GLOBO

Reedição de erros

O capítulo dos Direitos Sociais, tal como aprovado pelo Constituinte em primeira votação, revela erros de 19,7% num amontado incoerente e limitador.

Editorial, página 4

Vice-Presidentes  
ROGERIO MARINHO

JOÃO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

Diretor Secretário:  
RICARDO MARINHO

Diretor de Redação:  
EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

ANO LXIII — RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1988 — Nº 19.888

## Os supremos objetivos da Nação

ROBERTO MARINHO

O PAÍS dispõe apenas dos próximos seis meses para que se ultimem algumas tarefas fundamentais: a elaboração da nova Carta e dos dispositivos complementares para sua implementação, simultaneamente ao cumprimento do programa de normalização das atividades econômicas, nos âmbitos interno e internacional, anunciado pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento.

EM NOVEMBRO, teremos as eleições municipais a que se seguirá o recesso de dezembro.

1989 será um ano de comícios pois em abril — quando se encerra o período das festividades de passagem de ano, carnaval e da pausa da Semana Santa — será decidida a desincompatibilização dos candidatos ao pleito que elegerá o futuro Presidente, cuja posse dar-se-á em janeiro de 1990.

HÁ portanto que se tentar corrigir, no curto prazo de um semestre, os equívocos e desmandos com que a classe política, em três anos, logrou transformar o legado de esperança de Tancredo Neves na melancólica decepção com que o povo brasileiro, nos dias de hoje, encara a vida pública.

NÃO devemos ter a ingenuidade de esperar que a Carta em votação venha a se estruturar como um texto à altura das tradições, da cultura e dos objetivos essenciais da Nação. Confiamos apenas em que não se estabeleça afinal como uma permanente fonte geradora de conflitos entre os diversos segmentos da sociedade, deixando de ser o instrumento adequado de ingresso no pleno Estado de Direito, para se constituir um desalinhado projeto de estímulos à improdutividade e, em certos tópicos, à guerra civil. Também pouco que se defina como um ates-

tado de alienação da elite dirigente, incapaz de discernir as profundas transformações do Mundo e da época em que vivemos.

NESSE sentido, impõe-se que os constituintes recorram às suas reservas de espírito público e de serenidade para se orientarem não pelo jogo de pressões facciosas, mas pela busca de criteriosas formas de composição de interesses cujos por menores possam posteriormente ser resolvidos pela legislação ordinária. Se confiam no papel que caberá ao Congresso, no regime democrático que pretendem instaurar, por que não legar aos futuros representantes do povo, na Câmara e no Senado, a responsabilidade de votar as soluções adequadas às circunstâncias e às exigências de cada época?

POR outro lado, ao invés de se fixarem nas canhestras tentativas de uma CPI que se preocupa menos

em investigar atos de corrupção do que em implantar um clima artificial, de desestabilização da ordem constitucional vigente, que os nossos legisladores passem a exigir do Governo uma aceleração das medidas prometidas para se evitar a hiperinflação, a recessão e a manutenção dos atuais níveis de déficit público, paralelamente a atos concretos de privatização e renovação dos investimentos.

A SITUAÇÃO é crítica, com perspectivas de agravamento. Não há segurança nas cidades. Não há tranquilidade no campo. Não há diretrizes definidas para orientar a programação dos empresários, nem as reivindicações dos assalariados.

OS governadores da maioria dos Estados vêm manifestando a sua crescente preocupação com essa carência de comando e essa indefini-

ção de rumos, que tendem a adquirir contornos ameaçadores com a escalada de greves e perturbações da ordem pública.

O PRESIDENTE Sarney tem reiterado a sua disposição de entregar ao seu sucessor em 1990 um País com instituições jurídico-políticas estáveis e em condições econômico-sociais que ensejem uma retomada do desenvolvimento na última década do século.

SÃO sinais de que persiste a crença no destino do País. Mas o prazo é exíguo para se transformar essa fé em realidade ou frustração.

NÃO há outro caminho senão o de todos nos unirmos pondo acima de superadas divergências ideológicas ou de futuras disputas eleitorais os supremos objetivos da Nação.